

Narrar para resistir: vida, resistência e utopia

Narrate to Resist: Life, Resistance and Utopia

Linda Maria de Jesus Bertolino*
Universidade Estadual do Maranhão - UEMA

Rogério da Silva Lima*
Universidade de Brasília - UnB

239

RESUMO: Este trabalho se dispõe a refletir sobre a aproximação entre narrativa de vida, resistência e utopia, pondo em evidência questões étnicas raciais, violência, testemunho, memória, protagonismo e liberdade. Nele buscaremos mostrar como esses elementos são representados no romance *Diário de Bitita* (2014), da escritora negra Carolina Maria de Jesus. E como esses elementos podem ser articulados na escrita como um ato de resistência, contra um racismo socialmente estruturado. Para aclarar essa discussão, nos aproximamos das ideias de Alfredo Bosi em *Narrativa e resistência* (1996), Thomas More em *Utopia* (2006) e Giorgio Agamben em *O uso dos corpos* (2017). Essas concepções teóricas estarão em diálogo com outros autores, pertinentes para o crescimento da discussão a que nos propomos.

PALAVRAS-CHAVE: Narrar. Vida. Resistência. Utopia. Liberdade.

ABSTRACT: This work reflects on the approximation between narration, life resistance and utopia, highlighting ethnic racial issues, violence, testimony, memory, protagonist and freedom. We will try to show how these elements are represented in the novel *Diário de Bitita*

* Doutoranda em Literatura e Práticas Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema).

* Doutor em Semiologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

(2014) by the black writer Carolina Maria de Jesus. Moreover, how these elements can be articulated in writing as an act of resistance, against a socially structured racism. In order to clarify this discussion, we approach the ideas of Alfredo Bosi in *Narrative e resistance* (1996), Thomas More in *Utopia* (2006) and Giorgio Agamben in *O uso dos corpos* (2017). These theoretical conceptions will be presented alongside other authors, pertinent to the growth of the discussion we propose.

KEYWORDS: Narrate. Life. Resistance. Utopia. Freedom.

O Diário não é essencialmente confissão, relato em primeira pessoa. É um memorial [...] o Diário representa a sequência dos pontos de referência que um escritor estabelece para reconhecer-se [...] é um caminho ainda viável, uma espécie de caminho de ronda que ladeia, vigia e, por vezes, duplica outro caminho.

Maurice Blanchot

Introdução

Em *Narrativa e resistência* (1996), Alfredo Bosi menciona que para se construir um grande texto narrativo, com uma formação simbólica grávida de sentimentos e valores de resistência, cabe ao escritor descer o mais fundo possível para prosseguir para além das teorias estéticas edificadas, e das primeiras motivações que levam ou levaram a construir uma narrativa. Pois não existe escrita narrativa sem consciência, a “consciência é um movimento interno ao foco narrativo, uma luz que ilumina o nó inextricável que ata o sujeito ao seu contexto existencial e histórico” (BOSI, 1996, p. 26).

Assim, dizemos que em uma escrita de si e do outro o sujeito narrador dá um salto para uma posição de distância, e deste ângulo vê a si e ao próximo, de forma a pôr em crise os laços de vivências que o predem ao passado e que o fazem projetar as imagens vividas para o presente, trabalho que envolve o corpo e alma de quem conta.

Em *Matéria e memória* (1999), Henri Bergson diz que o trabalho da memória é individual, havendo nele todo um esforço para trazer as imagens-lembranças

para serem representadas no presente. Fato que não desmerece o aspecto coletivo da memória, ou seja, a atribuição das imagens recordadas a si e ao outro, pois se lembro de alguma coisa ou de alguém é porque os outros me fazem lembrar (HALBACHS, 2004).

Imaginemos, então, que narrar sobre si e sobre o próximo implica em fazer da escrita um espaço de luta, um lugar de resistência ou de direcionamento para contar as recordações mais fecundas do seu ser, personificando-se assim na escrita. Nesses termos, personificar-se no texto é expor-se ao próximo, é fazer do texto um instrumento de confissão, em que o sujeito que narra usa do seu olhar interior para trazer para a área da presença, lembranças que podem ser atribuídas a acontecimentos, espaços, tempos, corpos, vidas e mortes, já que o narrar agrupa o interior e o exterior daquele que escreve.

De acordo Maurice Blanchot, em *O espaço literário* (2003), escrever é correr risco, um risco que se corre com a fala “errante da obra” quando se deixa o corpo, a linguagem, os sonhos e as histórias de vidas, desnudarem-se na escrita. Mas o que fazer quando as palavras precisam ser ditas, e quando se sente a necessidade de contar para resistir? Desviar-se da escrita ou perder-se nela? Se resistir, como diz Bosi, é opor a força própria à força alheia, Carolina Maria de Jesus resistiu e escolheu perder-se na obra. Ela foi tragada pela força e inquietude da linguagem que quer se libertar e quer testemunhar; logo resistir e escrever assume no enredo do romance *Diário de Bitita* (2014) a mesma função: liberta-se.

Sob esse aspecto, partimos da proposição de que para a escritora Carolina, narrar o vivido significou abrir possibilidades de organizar a experiência e o conhecimento da sua própria vida. Significou ainda, exceder-se para ir além de si, passando assim do eu a ele; haja vista que os eventos narrados em *Diário de Bitita* trazem para a escrita as mais fecundas experiências-limites vividas pelo negro: a violência, as lutas, as resistências e a tão prometida fantasia do sonho de liberdade. Uma liberdade que se faz verticalizar na linguagem-corpo de

Bitita, apenas, no papel, uma vez que se trata de uma alforria irrealizável e quimérica, considerando que ela se reduz, unicamente, a uma ficção.

Somos da compreensão de que a liberdade é representada na escrita do *Diário de Bitita*, a partir de uma utopia negativa. Ela se constitui, nas cenas e testemunhos narrados, como uma independência que nunca chega e que se movimenta, a todo instante, ao lado de um tempo passado de história de escravidão - que nunca passa. Uma independência obstaculizada pela dureza das experiências sofridas, de um sujeito-enunciador que tem consciência que “a escravidão é como uma cicatriz na alma do homem. E que ter uma pele branca era um escudo, um salvo conduto” (JESUS, 2014, p. 55).

Carolina Maria de Jesus é alguém que escreve porque sente a necessidade de narrar e de dar o seu testemunho ao outro. Alguém que faz da escrita um espaço de representação dos eventos sociais, políticos e culturais - experimentados, para atribuir sentido à vida. A sua narrativa é apresentada ao leitor como uma possibilidade de sobrevivência. Sobrevivência que envolve a vida, a alma e o corpo daquele que não tem direito à saúde, à educação, ao lugar e a sua própria história.

Uma história que se cruza com a de outros, que como ela não tinha onde morar, e que em virtude do não direito à vida e a uma moradia digna, “hoje estavam aqui, amanhã ali, como se fossem folhas espalhadas ao vento [...] e que tinham inveja das árvores que cresciam e morriam no mesmo lugar” (JESUS, 2014, p. 61). Entretanto, mesmo diante dessas experiências Carolina apela à consciência e às memórias para resistir e contar.

Como sugere o tema, o narrar para resistir pode até assumir uma ideia de envergadura à dureza da vida, mas envergar-se não é cair, é reunir forças, ainda que através da escrita, para enfrentar à discriminação, à exceção da lei e à invisibilidade do apoio político. Enfrentamento que se faz necessário ao negro, mesmo nos dias atuais, e que encontra força e eco nos seus antepassados: nos

quilombos, nas fugas, na cultural, nas músicas, nas comidas e nas danças afro brasileiras.

Assim sendo, é a partir das questões aqui apontadas que aproximamos os termos vida, resistência e utopia. O nosso objetivo é mostrar como eles podem ser articulados e formulados dentro do foco narrativo do romance *Diário de Bitita* - da escritora Carolina Maria de Jesus. Uma escritora negra, cuja experiência de vida se efetiva dentro de um contexto social, extremamente orientado por uma cultura escravocrata, e que resolve fazer da escrita um espaço de luta. Alcança esse feito na narrativa com a descrição dos acontecidos e com uma linguagem aderente ao real, uma linguagem que confere vida a todas as vozes e que ajuda a formar o tecido narrativo do diário. Sendo, pois, essas vozes que dão testemunho do descaso humano e social que se encontra submetido o negro; sujeito que igualmente ao *homo sacer* de Giorgio Agamben, encontra-se exposto a uma vida nua.

A narrativa de Bitita

Diário de Bitita é uma narrativa tecida a partir das recordações da escritora Carolina Maria de Jesus, uma “negra falante e esguia que tinha a ânsia de saber” e que cedo percebeu a necessidade de resistir a tudo e a todos, inclusive aos “colegas que a achavam feia, e dava gargalhadas quando entrava na sala” (ALVES, apud JESUS, 2014, p. 8). Assim, por si só a vida de Bitita é uma história de resistência. É uma história, como diz Alves - na introdução do livro, que “repórter nenhum, escritor nenhum poderia escrever melhor”, do que alguém que vivencia e testemunha os fatos narrados.

Bitita é a personagem que conta e escreve e que deseja dar conhecimento ao outro do que é ser uma mulher não branca, favelada e marginalizada, em uma sociedade nada civilizada, principalmente, com o negro. A sua resistência está

enraizada na situação limite do que é nascer, viver e morrer no meio de um corpo social tão cristalizado por preconceitos raciais.

Como se trata de uma narrativa de memória e testemunho, a escrita do diário se dá em partes fragmentadas, pois como lembra Ricoeur, em *História, memória e esquecimento* (2007), o fluir da recordação implica em temporalidades múltiplas e envolve o corpo e o tempo de quem recorda, tendo em vista que há todo um esforço individual para trazer as cenas representadas para o tempo presente. Compartilhando desse pensamento, enunciamos: a composição da narrativa em partes fragmentadas ajudou a escritora a juntar e a organizar os pedaços de sua história, para a composição do texto.

A narrativa é composta por 22 capítulos, o primeiro é nomeado de “Infância” e o último de “Ser cozinheira”. O verbo ser, que abre a nomeação do último capítulo, implica em uma condição de imobilidade, ao mesmo tempo em que também sugere uma condição social já preestabelecida para os personagens negros. Condição essa, que resulta da realidade sociocultural imposta a estes sujeitos.

Como lembra Carolina, “quando nascemos, choramos, e o choro é o prenúncio da auréola de infelicidade que há de cingir a nossa fronte. Todos que nascem sofrem” (JESUS, 2014, p. 167). O pronome “todos” representa e encena uma totalidade de acontecimentos: vida, sentimentos, injustiças e violência; experimentados pelo negro naquela conjectura histórica.

A escrita narrativa do primeiro capítulo - “Infância” - é marcada por um enorme abismo social e espacial, que separa brancos de negros: “os pobres moravam num terreno da Câmara: O Patrimônio não tinha água. Mesmo furando o poço eles tinham que andar para carregar água” (JESUS, 2014, p. 13). Essa condição social e espacial resulta de uma política de “liberdade” que embora fosse efetivada no papel, encontrava resistência para ser gozada no dia a dia, frente ao preconceito racial, ao descaso do Estado e ao exercício de supremacia

branca, realizada contra o homem negro - que ao ser liberto foi abandonado à própria sorte, sem nenhuma condição de sobrevivência, uma vez que fora obrigado a viver em moradias com péssimas condições de vida e a se submeter a todos os tipos de trabalhos informais e temporários para poder sobreviver.

Logo, todos os personagens que foram postos no enredo da narrativa, inclusive a própria Bitita, “de origem bem humilde, da estirpe de uma família vinda da escravidão, então a 26 anos abolida no país, analfabeta e pobre”, representam na escrita do texto, um “rosário que se entremeavam a tristeza profunda e a miséria quase absoluta” da vida dos negros (JESUS, 2014, p. 7).

Uma tristeza e uma miséria, quase absoluta, que faz com que em todos os capítulos narrados, os personagens representem no corpo e na alma um duplo trauma: o da escravidão e o da violência racial do presente. Em razão disso, a narrativa inteira desloca-se temporalmente, de forma quase que constante, do passado para o presente e vice-versa. Consequentemente, durante todo o enredo os dois tempos se apresentam entrelaçados pela violência exercida à vida dos negros, seja ela a violência da escravidão ou a extensão desse sentimento - experimentado cotidianamente.

O capítulo quatro é nomeado como “Ser pobre”, nele o verbo ser, também nomeado para identificar outros capítulos, estabelece na representação das cenas uma condição de vida miserável. O uso desse verbo sugere na leitura do texto uma equivalência à relação senhor e escravo, na qual o homem negro é visto como coisa.

Nesse sentido, avizinhamos o nosso pensamento às ideias de Giorgio Agamben, em *Uso dos corpos* (2017), no qual o corpo do escravo é tomado como propriedade e coisa de uso próprio do seu senhor. Um corpo cuja única função

é servir e produzir. Uma espécie de “homem sem obra¹”, no qual o sujeito escravo é um ser por natureza do outro.

Desse modo, tal como o *homo sacer* de Agamben, os personagens negros do *Diário de Bitita* são sujeitos que, mesmo de posse da tão sonhada liberdade, encontram-se abandonados ao crime, ao descaso, à morte e, enfim, a uma vida nua. Considerando que os negros, em relação aos brancos, se encontravam e se encontram em maiores condições de vulnerabilidade ao descaso político, à saúde, à educação, ao lazer e à segurança. A natureza desse fato sempre foi, e continua sendo, de ordem política e econômica.

Assim, na escrita do diário, homens e mulheres são retratados como despojos, principalmente as mulheres negras que “não tinha tempo disponível para cuidar dos seus lares. Às seis horas da manhã, elas deviam estar na casa das patroas para acender o fogo e preparar a refeição matinal” (JESUS, 2014, p. 36).

Consoante a esta fala de Bitita, destaca-se: trazer argumentos dessa natureza e profundidade para a escrita do texto é possibilitar ao leitor a compreensão e a consciência que transcende a criação artística. Pois, ao falar dessa jornada excessiva de trabalho, na qual se encontram as mulheres submetidas, Carolina possibilita ao leitor pensar na ideia de liberdade, apenas, como uma utopia. Uma liberdade que continua a deixá-las na condição de coisificação - escrava. Por outro lado, ao representar cenas dessa natureza, ela resiste a essa utopia: negando, escrevendo e denunciando fatos.

Por conseguinte, dentro dessa crítica, ela associa o discurso de libertação a um discurso baseado, unicamente, numa ficção, tendo em conta que na prática não passava disso - um discurso ficcional, uma vez que os negros continuavam a ser chicoteados e açoitados pela cor da sua pele e por sua condição histórica; pois

¹ A expressão homem sem obra é tomada, de Aristóteles por Agamben, para mostrar como se estabelecia a relação senhor e escravo, na Antiguidade. Um homem sem obra equivale a um homem sem vida própria.

continuava a comunidade negra a viver sob o julgo do autoritarismo, do mando e desmando, do controle e opressão do homem branco.

Portanto, essa alforria não passa de uma bela quimera, uma vez que “os brancos falam que já deram liberdade para os negros [...], mas a liberdade sem cultura e sem instrução não vai beneficiá-los [...]. O analfabeto não tem força para evoluir na vida” (JESUS, 2014, p. 39).

O diálogo acima sugere que a alforria se deu para o negro como uma bela ilusão - um sonho de vida ideal, que permitiu a ele acreditar que podia desfrutar dos mesmos direitos que o branco. Todavia, na prática o que lhe foi oferecido reduziu-se, simplesmente, a um lugar onde todos não brancos sobreviviam em condições de extrema opressão, desrespeito e privação de direitos; evento que configura na narrativa uma distopia, já que os fatos que experimentam - sem moradia, educação, segurança e sem os mesmos acessos assistidos aos cidadãos brancos, de andar pelas ruas sem serem rechaçados pela polícia - só reforça a visão negativa do que é ser um cidadão livre, porém sem direitos.

À vista disso, como falar de liberdade se o sujeito continua sob o domínio e autoridade abusiva do homem branco? Que liberdade é essa que “só as pretas é que vão presas? A Cota foi presa [...] o senhor Manoel Nogueira soube, ficou penalizado: - Coitada da Cota. Não faz mal a ninguém” (JESUS, 2014, p. 31). Logo, o que se põe ao leitor, diante deste discurso, é uma consciência de denúncia e resistência. Uma indignação de saber que as mulheres negras, ao contrário das mulheres brancas, eram expostas continuamente a esses tipos de vexames e humilhações. Essa consciência se projeta na escrita como uma necessidade de pergunta e resposta: Por que somente os negros? É uma consciência que denuncia exceção de direitos, em uma sociedade em que brancos e não brancos são separados por um infinito mar de diferenças.

Nessa perspectiva, diremos que a narrativa do *Diário de Bitita* se constrói a partir de sentimentos de resistência. Uma resistência vivida e praticada de

forma tão elucidativa pela personagem Bitita, que mesmo diante do caos humano em que se encontrava, resistia e acreditava. Resistência que lhe permitiu refletir sobre a efetividade da liberdade na vida do homem. Uma liberdade que por não produzir um efeito real, termina desaguando para o campo de uma negativa utopia, tendo em conta que o sonho virou uma simples fantasia.

Uma fantasia, na qual o desejo que alimenta o corpo e alma mostra-se - para alguns - dentro de um alcance surreal, e quase impossível de ser alcançado. Uma espécie de veleidade que exaure vida e direitos. Pois, como diz Thomas More em *Utopia* (2006), “liberdade e escravidão são princípios diametralmente opostos, sendo, portanto, utópicos [...] seria o mesmo que contar histórias a surdos” (MORE, 2006, p. 35).

Assim, rompendo com o silêncio das memórias e da história, Carolina Maria de Jesus ecoa, através de sua escrita, verdades sufocadas e, quase sempre, apagadas ou invisibilizadas pela noção de libertação. E é sob essa lógica, que a protagonista vai narrando para o leitor, a maneira como vivia a sociedade negra na favela do Patrimônio, diante de uma liberdade, isenta de igualdade e de direitos.

Resistência: protagonizar a vida

Até que ponto o protagonismo da nossa história pode ser usado como uma resistência coletiva?

A palavra protagonista vem do grego e compõe-se de duas partes: *protos* que equivale a principal e *agonistes* que equivale a lutador ou a batalhador. Protagonizar significa, então, ser a figura principal - aquela que resiste. Sendo a figura central, exige-se desta coragem e determinação para enfrentar os

desafios, as superações e as provações, diante daquilo que se propõe a apresentar ou a representar.

Nesse caso, protagonizar a vida na escrita é colocar-se à frente da batalha, é expor o corpo aos enfrentamentos - para resistir ao medo, às fantasias, aos traumas que a vida e os acontecimentos ajudam a tatuar na pele daquele que sofre, luta, cai e levanta. Daquele que levanta na certeza de que “resistir é preciso”, logo protagonizar a vida é resistir.

Em *Literatura e resistência*, Alfredo Bosi menciona que a escrita tem a ver com as potências do conhecimento, dado que conhecer é experimentar, é viver no corpo. Esse conhecimento, citado por Bosi, se fez imprescindível para Carolina protagonizar corpos, vidas e histórias - extremamente apagadas por um preconceito racial.

Histórias que precisavam ser contadas e que “como se fossem roupas dobradas dentro de um armário. Todos os dias [...] entravam na sua cabeça” (JESUS, 2014, p. 88). Daí a necessidade de protagonizar sua história, já que somente assumindo o papel de figura principal, ela poderia fazer uso de uma linguagem de resistência que fosse capaz de nomear-se e nomear acontecimentos raciais que ultrapassam o social, e que se internalizam nas células, na mente e no corpo de quem narra. Acontecimentos que ganha significado pleno e profundo para o resto da vida.

Carolina sabia que como negra e pobre precisava resistir, até mesmo porque “o filho do pobre quando nascia já estava destinado a trabalhar na enxada. Os filhos dos ricos eram criados nos colégios internos” (JESUS, 2014, p. 46). Essa certeza fez com que ela resistisse e lutasse contra a ideia de que “a chave do mundo devia está nas mãos dos brancos” (JESUS, 2014, p. 33).

Nessa lógica, a sua escrita move-se a partir de dois pontos: resistência e liberdade. Do começo ao fim é esta a sua motivação, e é nisso que consiste a

vontade e a força propulsora da sua narrativa: no questionamento da liberdade que foi dada aos negros. Deste modo, enquanto escrita, a narrativa do *Diário de Bitita* resiste para indagar essa liberdade.

Como expressaria Bosi, uma liberdade situada entre valores e antivalores, e que “quando os pretos falam: Nós agora estamos em liberdade. Ela pensava: Mas que liberdade é essa se eles têm que correr das autoridades como se fossem culpados de crimes? Então o mundo é negro para o negro, e branco para o branco” (JESUS, 2014 p. 59).

Esse questionamento, de valor ou antivalor, contesta o tipo de emancipação que goza os negros, e encontra-se presente do início ao fim no enredo do romance. E, como “são os valores mais autênticos e mais sofridos que abrem caminho e conseguem aflorar à superfície do texto ficcional” (BOSI, 2014, p. 27), a narradora se põe a explorar, com uma força catalisadora, a situação marginal do negro naquela sociedade, lugar onde a continuidade da mentalidade escravocrata se manifestava nas pessoas e nas instituições do poder público, ainda de forma muito explícita.

Nessa perspectiva, diremos que esta força catalisadora faz com que a narrativa do diário atinja um alto grau de intensidade e profundidade, libertando a voz de tudo. É uma força que descobre a vida verdadeira e que abraça e transcende a vida real. Pois “a literatura, como ser ficção, resisti à mentira [...]. Considerada em geral como o lugar da fantasia, pode ser o lugar da verdade mais exigente” (BOSIS, 1996, p. 27).

Isso posto, passemos, então, a resposta da nossa inquietação: até que ponto o protagonismo da nossa história pode ser usado como uma resistência coletiva? Até o momento que buscamos o corpo, a história, os eventos e a escrita pra nos desvencilharmos do mundo que nos oprime e nos tatua. Pois, sendo Carolina uma vítima em potencial do racismo, sente-se comprometida com a representação da verdade dos acontecimentos narrados, julgando que “as

representações são falas que carregam atrás ou dentro de si a autoridade e as marcas da dimensão veritativa da memória, e que se impõe como rastros de vida” (RICOEUR, 2007, p. 32).

Igualmente, os rastros somaram-se e deram-lhe a experiência. Uma Experiência que advém da prática do testemunho e da vida cotidiana do que é ser negro em uma sociedade que se move, exclusivamente, a partir de orientações de uma cultura branca. Portanto, é a vivência que dá autoridade de fala à escritora e que concorre para que ela ponha no “foco narrativo, toda uma fenomenologia da resistência do “eu” aos valores e antivalores do seu meio” (BOSI, 1996, p. 15).

É a sua vivência que legitima a condenação dos antivalores, pois “ao se condenar um ato injusto, torna-se indispensável ao ser ético, saber se o seu sentimento de indignação está fundando em uma práxis correta dos fatos e da intenção” (BOSI, 1996, p.14-15) de quem narra e testemunha o acontecido. Acontecidos que são representados dentro de uma injustiça extrema, mas que na fala de Bitita, eram vivenciados, rotineiramente, pelos negros da comunidade do Patrimônio, pois:

Os anos foram passando. O que me preocupava era a infelicidade dos pretos. Quando ocorria um crime ou um roubo, os pretos eram suspeitos. Os policiais prendiam. Quantas vezes eu ouvia: Negros ladrões, negros ordinários. Eles diziam não fomos nós (JESUS, 2014, p. 94).

A representação da voz, “negros ladrões”, traz à superfície da escrita o núcleo moral e ético da vida. Uma vida, como expressa Agamben, indigna de ser vivida, já que o negro tal como o *homo sacer* encontra-se diante de uma vida abandonada ao crime; no limiar dos abusos, da exploração, da violência e da discriminação. Um *homo sacer* negro, tomado pelo branco, pelo Estado e pela sociedade, apenas como coisificação.

Em *Diário de Bitita* a condição do “ser,” tomado como coisa, encontra-se tão entranhada na vida dos personagens negros, que “quando saiam correndo pelas ruas procurando um refúgio, para não serem atingidos por uma bala, os brancos sorriam achando graça de ver os negros correndo de um lado para o outro” (JESUS, 2014, p. 59).

Carolina resigna-se contra essa violação de estado de direito, no qual é cessada a liberdade de ir e vir ao homem negro. Se na “segunda-feira, os policiais encontrassem um camarada nas ruas, ele tinha que justificar-se porque estava vadiando [...] Mas os brancos não iam presos” (JESUS, 2014, p. 45-46).

Vê-se que o homem negro era despossuído de direitos, inclusive o de permanência e mobilidade, situação não muito distante da realidade de hoje, espaço-tempo onde o cidadão negro continua sendo rechaçado pela estrutura social, como: delinquente e assassino, e tipificado, quase sempre, por uma estrutura política como suspeito.

Sob essa lógica, o testemunho de Carolina Maria de Jesus é uma resistência de corpo e vida, enfrentada todos os dias pela sociedade negra, tendo em vista que um cidadão não branco encontra-se nos espaços públicos, em situação de maior vulnerabilidade à repressão e à violência dos aparelhos do Estado.

Desse modo, conseqüentemente, as imagens lembradas e testemunhadas se impuseram para o corpo da escritora como tarefa de escrita. Impuseram-se para dar conhecimento e ecoar vozes que, ao longo da História, foram despossuídas de suas próprias narrativas. Assim, na narrativa, escrever assume o mesmo valor semântico de liberdade.

Uma liberdade que vem da escrita e que, talvez, equivale aquilo que Maurice Blanchot nomeia de fenômeno da “preensão persecutória”. Uma espécie de liberdade em que a escritora “segura um lápis, mesmo que queira fortemente soltá-lo, sua mão, entretanto, não o solta, ela fecha-se longe [...] ela deve

agarrar o lápis, tem de fazê-lo, uma ordem, uma exigência imperiosa” (BLANCHOT, 2003, p. 15).

Força que, provavelmente, se imperou na consciência de Carolina e que se consolida na narrativa com adjetivos: anti-sistêmica, radical e revolucionária, fazendo com que a voz de Bitita resista ao sistema, à opressão, ao branco e ao significado utópico do gozo da liberdade. Liberdade, em que a captura, a prisão, a violência e o direito de mobilidade, continua igualmente àquela praticada na relação senhor e escravo. Uma espécie de liberdade que parece encontrasse respaldada no antigo fundamento da tese aristotélica, no qual o direito entre senhores e servos se dava unicamente em termos de propriedade. Portanto, é contra esse estado quimérico de liberdade que a narrativa do *Diário de Bitita* se faz potência. Nesse sentido, alegamos que todos os fatos, datas, espaços e vozes presentificadas no romance, enquanto “valores e antivalores, têm importância para todos nós, e especialmente para o poeta, que os capta e os exprime mediante imagens” (BOSI, 1996, p. 23).

A liberdade como utopia

Igualmente à ilha da utopia de Thomas More, formada por cinquenta e quatro cidades lindas, bonitas e perfeitas, assim foi pensada a independência do negro no Brasil. Uma emancipação próxima aos moldes da constituição de Platão, “que redigiu uma constituição para aqueles que rejeitavam o princípio da comunidade dos bens” (MORE 2006, p. 43).

Uma independência oferecida como um remédio, cujo objetivo era “usado frequentemente para aliviar os doentes, que não se espera mais que se possam restabelecer” (MORE 2006, p. 44). Mas como os remédios se engendram, nem sempre eles servem para aliviar a dor daquele corpo que resiste e procura ver mais longe. Assim, foi proposto o nosso grito de liberdade - um remédio usado apenas para resolver problemas econômicos e políticos que assolavam a

aristocracia e os senhores de escravos. Já que, infelizmente, diante do grito de alforria não se denotou uma verdadeira emancipação.

Logo, como um poema épico ou lírico, cujo objetivo é unicamente o entretenimento, a liberdade foi dada aos negros. Uma liberdade em que não se reconhece direitos e em que o sujeito não pode exercer a sua vontade, dentro dos limites da lei. Enfim, um doce sonho de emancipação sem cidadania.

Nisso consiste a utopia da liberdade na narrativa do *Diário de Bitita*. Uma liberdade na qual as crianças negras entravam na escola, mas não permaneciam devido à brutalidade do racismo em que experimentavam, uma vez que “as escolas admitiam alunas negras. Mas quando as alunas negras voltavam das escolas, estavam chorando. Dizendo que não queriam voltar à escola porque os brancos falavam que os negros eram fedidos” (JESUS, 2014, p. 42).

Para os personagens, viver a liberdade implicava suportar, cotidianamente na pele, a brutalidade da violência estrutural do Estado e da sociedade. Como expressa Bitita, “a escravidão havia apenas amainado” (JESUS, 2014, p. 160), dado que o negro continuava a ser socialmente enquadrado dentro de uma representação patológica. Uma representação que tinha como propósito esvaziar os sonhos, a capacidade de seguir em frente e a resistência - algo tão caro para o não branco, diante do que lhe era dado.

Essa representação, de mostrar o negro como coisificação, bicho e sujeira, terminou por criar estereótipos negativos, experimentados ainda hoje pela sociedade negra. A ideia é sempre de inferiorizá-lo e de descaracterizar a sua participação na sociedade, de forma a anular a atuação da comunidade negra nas esferas do Estado e nos demais espaços públicos: na rua, nos empregos e nas escolas - onde eram tratados com indiferença, tendo em vista que “as professoras aceitavam os alunos negros por imposição” (JESUS, 2014, p. 42).

Pensemos, então, que na escrita do diário a liberdade é representada de modo tão severamente utópica quanto o mito da democracia étnica, outrora proclamado por Gilberto Freyre (FERNANDES, 2007). Um mito de democracia em que não há conflitos entre as relações e que sugere um verdadeiro paraíso racial. Uma democracia étnica utópica e que termina, mesmo nos dias atuais, falseando a dura realidade das pesadas marcas históricas do negro na sociedade brasileira, considerando que vigora, até hoje, um racismo brutal dentro dessa comunidade imaginada como paraíso, onde a liberdade para os negros ainda continua a ter um sentimento de resistência, como condição de rotina e autoafirmação.

Assim sendo, seja diante da concepção da ideia de democracia racial ou diante do questionamento de independência, que se apresenta nos discursos do testemunho de Bitita; a noção de liberdade se dá, meramente, como uma representação idílica. Pois, igualmente, se compararmos o sonho de democracia étnica de Freyre com a experiência da emancipação vivida por homens e mulheres no “bairro Patrimônio”, diremos que a relação entre brancos e não brancos, na construção narrativa, não passam de uma bela ficção, haja vista que mesmo estando os negros na condição de “libertos”, continuavam eles a vivenciarem o peso da escravidão, uma vez que a herança deste evento se encontrava intocável, naquele bairro.

Sob essa lógica, a escrita de Carolina é analisada, neste trabalho, como uma afirmação e junção de vozes periféricas; vozes que agregam em si um gesto de repúdio e resistência contra a violência do outro. Portanto, é uma escrituração que não se encontra isolada, apenas, à voz da experiência de uma mulher pobre, favelada e negra; mas que se aglutina a outras vozes que vivem as mesmas situações limites de mandos e desmandos. Vozes que embora não tenham representação física e nominal, dentro da narrativa, projetam seus sofrimentos dentro de um corpo vocal coletivo.

Um corpo que está marcado e enraizado dentro da experiência limite do que é ser negro em uma sociedade cristalizada por violentos preconceitos raciais e que se encontra profundamente marcado pela lembrança do acontecido. Corpo que mesmo tendo experimentado tamanhas atrocidades consegue fazer da escrita um espaço para reunir os fragmentos do passado, resistindo assim a eles. Contudo, embora o corpo escritural do *Diário de Bitita* seja autobiográfico, não se resume ele, unicamente, a um valor documental. Como menciona Blanchot (2003), a dinâmica da escrituração do diário é um caminho viável, um caminho que ladeia, vigia e, por vezes, duplica outro caminho. Um caminho que, a nosso ver, aglutina denúncias, recordações, vidas e histórias.

Diremos, assim, que este foi o caminho a ser ladrilhado no universo literário que forma o tecido do diário de Bitita. Um diário, cuja retórica da abolição é um dos pontos mais praticados pelos brancos, que viviam a exaltarem: “os abolicionistas, veja, o que fizeram! Essa gente agora pensa que pode falar de igual para igual. Eu, na época da abolição, tinha mandado toda essa gente repugnante de volta para a África” (JESUS, 2014, p. 43).

Um diário que desnaturaliza a ideia de liberdade e cuja experiência literária se faz e se ergue na tessitura do texto, a partir de especificidades. Um registro diurnal que se alimenta da experiência de quem vivencia e testemunha os fatos narrados. Nesse sentido, observa-se que a escrita de Carolina não representa, somente, a si mesma; ela representa também a opressão social e a negligência dos direitos humanos, vividos pelos não brancos no espaço-geográfico do Patrimônio. Um ambiente cru e miserável, onde os sujeitos negros vivenciam um realismo contundente de segregação, e onde toda a paisagem: sujeitos, espaços, histórias e lembranças, se tornam personagens.

Em vista disso, reiteramos: todos os elementos que formam a narrativa do diário de Bitita são marcados pelo evento da miséria, da exceção de direitos e da exposição à violência - comum na vida dos negros daquela comunidade, que

viviam como gatos a correr dos ataques físicos e verbais dos brancos (JESUS, 2014).

Nisso consiste, a paisagem espaço-social e o tecido linguístico que dá vida à representação da personagem Bitita, dos homens, mulheres, idosos e crianças negras do Patrimônio. Conseqüentemente, é a denúncia de uma condição de vida subjugada a maus tratos, que se apresenta como objeto de motivação para o registro das memórias. Denúncia, cuja experiência artística, como apontaria Bosi (2002), encontra sua força propulsora na ação e na intencionalidade da vontade, e na experiência e testemunho do artista. Então, por conseguinte, enunciaremos: é da matéria da vivência que se constrói a luta e a resistência da escritora Carolina Maria de Jesus; uma resistência que ainda segundo Bosi, agrega em si um significado originariamente ético, e não estético.

Considerações finais

257

Imagina-se que todos os dias, no Brasil e no mundo, cidadãos negros são vítimas de sérios e graves indícios de discriminação, seja na cor da pele, no cabelo ou nos traços físicos. Imagina-se ainda que diante dessa triste realidade, a projeção de uma voz marginalizada, segregada, semianalfabeta e obscurecida, tenha sido, quase sempre, silenciada pelos processos históricos. Mas, resistir é enfrentar, é queixar, é vozear, em última instância, resistir segundo Bosi (2002), é impor a própria força a força alheia.

Esse vozear, feminino e favelado, que se encontra à margem do circuito editorial, não pela sua disposição artística, e sim por sua condição histórica e econômica-social, é a voz da escritora e catadora de papel, Carolina Maria de Jesus. Uma voz que subverteu a sistematização linguística acadêmica e que desde cedo se resignou a todas as imposições sociais, políticas e econômicas que se desenharam para ela. Uma voz subalterna que metaforizou o espaço da

escrita como um “quarto de despejo”, onde se encontra amontado a realidade socioeconômica, enfrentada pela comunidade negra ao longo da história.

Voz de resistência, cuja consciência política e social se fez verticalizar no universo literário, para escrever sobre si, sobre o outro e o sobre o mundo; e que tomou para si a forma artística para falar da sua realidade social. Resistência feminina que hasteou sua bandeira de luta - a escrita da vivência - tocando no âmago da desigualdade e da cultura da discriminação racial. Uma cultura de discriminação que no dizer de Lilia Schwarcz (FERNANDES, 2007), tem sua raiz na desagregação de ordem tradicional, vinculada à escravidão e à dominação senhorial.

Assim, é o entoar artístico de Carolina. Um fazer literário que relata fatos históricos, discute liberdade, resgata memória e confronta testemunhos. Portanto, é um entoar que propõe reflexões e que abarca a consciência do leitor. Um entoar artístico, que embora se encontre fora da historiografia literária, denota elementos de originalidade e de oposição a uma escrita canônica ou hegemônica; haja vista que ele agrega vozes e vivências de pessoas que são ou foram destituídas de uma divisão social. Pessoas que não tiveram direitos sociais, como: saúde, educação, respeito e cidadania.

A exiguidade dos direitos sociais acentua nos sujeitos o sentimento de não pertencimento e coloca em dúvida a aceitação de liberdade. Dúvida que concorre para queixa e resignação contra o falseamento da concepção de independência. Resistência, nesse sentido, é o substantivo mais completo para nomear Carolina, pois mesmo sendo negra e pobre, ela não aceita o “calmante frequentemente usado para aliviar os doentes” (MORE, 2006, p. 44) neblinados pelos sonhos.

Mesmo no meio do caos racial, onde “a chave do mundo estava nas mãos dos brancos” (JESUS, 2014, p.33), ela contesta essa “liberdade tão sábia e tão moralmente irretocável dos utopianos” (MORE, 2006, p. 47). E, se contesta é

porque diferente desta civilização fantástica - lugar onde os bens são postos em comum. Na república de Bitita, ou melhor, no bairro do Patrimônio onde a personagem mora, o Estado não se constitui de modo a atender o interesse geral dos cidadãos.

Assim, é que nos propomos dialogar narrativa de vida, resistência e utopia, ao lado da concepção de liberdade. Uma liberdade que só se aprende a questionar quando se acorda do sonho lírico, sendo este despertar que nos dá resistência e nos faz insistir, até mesmo naquilo que julgamos impossível. Carolina não desistiu, pelo contrário, inquietou-se e resistiu contra esse modelo de emancipação impraticável, em que a regra, como diria Agamben, vira a exceção diante de vidas que nunca foram vividas, no sentido pleno do que deveria ser a vida: direitos, liberdade, saúde, educação, moradia, lazer e viver.

Referências:

BLANCHOT, Maurice. *O espaço literário*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.

BOSI, Alfredo. *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. *Itinerário*, Araraquara, n. 10, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/viewFile/2577/2207>>. Acesso em: 5 jun. 2018.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2. ed. São Paulo: Global, 2017.

GIORGIO, Agamben. *O uso dos corpos*. Tradução de Silvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HENRI, Bergson. *Matéria e memória: ensaios sobre a relação do corpo com o espírito*. Tradução de Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins, 1999.

JESUS, Carolina Maria de. *Diário de Bitita*. São Paulo: Sesi-SP, 2014.

MORE, Thomas. *Utopia*. Tradução de Ciro Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

PAUL, Ricoeur. *A memória, história e esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2007.

Recebido em: 2 de junho de 2018.
Aprovado em: 17 de outubro de 2018.